

# Pagar Impostos a partir do estrangeiro

Para efetuar pagamento de impostos quando está fora do território nacional, tem à sua disposição as seguintes alternativas:

## ▪ **Transferência bancária.**

Para efetuar um pagamento por esta via, deverá fornecer ao banco ordenante a informação abaixo indicada para que este, ao efetuar a transferência, a comunique obrigatoriamente, uma vez que é indispensável à identificação do pagamento efetuado:

- NIF: 600 084 779
- Nome do credor: Autoridade Tributária e Aduaneira
- N.º da conta bancária: 83 69 27
- N.º do IBAN: PT50078100190000000836927
- Nome do banco: **Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública – IGCP, E.P.E.;**
- Código SWIFT: IGCPPTPL
- Indique, por favor, o número de identificação fiscal – NIF - constante do documento de pagamento
- A sua referência para pagamento, ou seja, o número constante no documento de pagamento específico para cada transferência. Não é permitida a sua utilização em mais do que um pagamento.

**ATENÇÃO: A inobservância das condições acima descritas determina a impossibilidade de afetação do montante transferido ao respetivo documento de pagamento.**

## ▪ **Débito direto**

Para aceder ao débito direto, tem de ter uma conta bancária confirmada na Autoridade Tributária (AT). Se esta ainda não está registada na AT, pode fazê-lo através do Portal das Finanças. Se a conta não for portuguesa, tem de enviar o comprovativo da titularidade (original) para a Direção de Serviços de Registo de Contribuintes (DSRC), cujo endereço é Av. João XXI, n.º 76, 1049-065.

A adesão processa-se sem qualquer custo adicional, com flexibilidade, conveniência e segurança, basta seguir os seguintes passos:

1. Aceda ao Portal das Finanças e escreva na caixa de pesquisa “débito direto”
2. Introduza o seu NIF e a sua senha de acesso ao portal da AT
3. Prima no botão «Autenticar»
4. Prima na opção de menu «pedido de adesão»
5. Prima o botão «Novo pedido de adesão»

6. Selecione o «Tipo de pagamento», que pode ser:
  - Pontual, quando pretende efetuar apenas um único pagamento, sendo o serviço desativado após a cobrança
  - Recorrente, neste caso, os pagamentos apenas serão feitos enquanto a autorização de débito estiver ativa
7. Selecione a «Finalidade», que pode ser IRS, IRC, IMI, IUC, pagamento por conta de IRS ou Pagamento a prestações.
8. Ser-lhe-á apresentado um quadro, de preenchimento facultativo, que lhe permite definir um montante máximo de débito e a data limite de autorização, ou seja a data em que esta é cancelada.
9. Prima «continuar»
10. Após a recolha da informação, acede à janela de confirmação.
11. Será apresentado um documento provisório do formulário de autorização do débito direto para validação.
12. Se concordar pressione no botão «confirmação».
13. Autentique o seu pedido de adesão premindo em «autenticar».
14. Após introduzir novamente a senha de acesso ao portal das finanças, pressione o botão «autenticar».

**Atenção!** Para pagar uma importância por débito direto, cujo pagamento se vença num determinado mês ou no primeiro dia útil do mês seguinte, deverá aderir antes do dia 15 desse mês (ou o dia 10, no caso dos pagamentos em prestações).